



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Câmara Municipal Pva do Leste-MT	
FL. nº	Rub
001	/

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1.852/2025



PROTOCOLO Nº
2694/2025

20 de outubro de 2025 08:52:56

Institui, no âmbito do Município de Primavera do Leste/MT, o Programa Municipal "Tocando em Frente – 40+", destinado a promover a reinserção socioeconômica de trabalhadores desempregados com 40 anos ou mais por meio de capacitação, economia solidária, intermediação laboral e ações comunitárias de utilidade coletiva; estabelece objetivos, eixos e diretrizes; disciplina critérios gerais de elegibilidade, prioridades, parcerias, monitoramento e transparência; prevê regulamentação executiva; e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I — DO PROGRAMA E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º Fica o instituído no âmbito do Município de Primavera do Leste/MT, o Programa Municipal "Tocando em Frente – 40+", destinado a fomentar a reinserção socioeconômica de trabalhadores desempregados com idade igual ou superior a 40 (quarenta) anos.

Art. 2º A coordenação do Programa, a ser definida em regulamento, deverá promover a cooperação intersetorial entre as áreas de desenvolvimento econômico, trabalho, assistência social, educação e demais órgãos pertinentes, vedada a criação de novos cargos ou estruturas.

Art. 3º A participação no Programa não gera vínculo empregatício com o Município e observará a legislação aplicável, inclusive trabalhista e previdenciária.

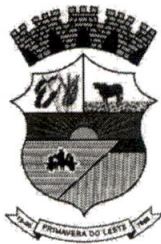
Art. 4º São objetivos do Programa:

I — promover a atualização e a requalificação de trabalhadores com 40 anos ou mais para ocupações demandadas localmente;

II — apoiar a geração de renda por meio do empreendedorismo, do cooperativismo e da economia solidária;

III — estimular atividades comunitárias de utilidade coletiva vinculadas à formação e à empregabilidade;

IV — articular oportunidades de trabalho com o setor produtivo local;



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Câmara Municipal Pva do Leste-MT	
Fl.º 002	Rub. /

V — reduzir barreiras etárias e informacionais de acesso ao emprego.

CAPÍTULO II — DO PÚBLICO-ALVO E DAS DIRETRIZES

Art. 5º O Programa terá como público-alvo o trabalhador que, cumulativamente:

- I — tenha idade igual ou superior a 40 (quarenta) anos;
- II — esteja desempregado ou em situação de subocupação, nos termos do regulamento;
- III — resida no Município de Primavera do Leste/MT;
- IV — atenda aos critérios de renda familiar a serem definidos em regulamento, com prioridade para a baixa renda.

Art. 6º Terão prioridade na seleção, conforme critérios socioeconômicos a serem definidos em regulamento:

- I — pessoas com maior tempo de desemprego;
- II — mulheres, especialmente as chefes de família;
- III — pessoas com deficiência;
- IV — vítimas de violência doméstica;
- V — pessoas com dependentes em situação de vulnerabilidade.

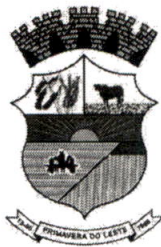
Art. 7º O Programa será implementado por meio dos seguintes eixos, entre outros a serem definidos em regulamento:

- I — Qualificação e requalificação profissional contínua;
- II — Intermediação de mão de obra e feiras de empregabilidade;
- III — Fomento ao empreendedorismo e à economia solidária;
- IV — Atividades comunitárias de utilidade coletiva, com plano formativo supervisionado;
- V — Parcerias com empresas para treinamentos e qualificação em serviço.

CAPÍTULO III — DOS APOIOS E PARCERIAS

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a prever, em regulamento e **condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira**, a concessão de apoios operacionais aos participantes, tais como:

- I — auxílio-transporte para deslocamento às atividades formativas;
- II — seguro de acidentes pessoais durante as atividades supervisionadas;



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Câmara Municipal Pva do Leste-MT	
Fl. nº 003	Rub. /

III — oferta de material didático.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar instrumentos de cooperação com empresas, entidades de formação profissional (Sistema S), universidades e organizações da sociedade civil para a execução das ações do Programa.

Art. 10. O regulamento poderá prever a concessão de incentivos não financeiros às empresas parceiras, como a certificação “Empresa Parceira do Trabalho 40+”.

CAPÍTULO IV — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A participação no Programa será formalizada por meio de Termo de Compromisso, que especificará os direitos e deveres do beneficiário, incluindo a frequência mínima nas atividades.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, para sua fiel execução, definindo os fluxos operacionais, os critérios de elegibilidade e os mecanismos de monitoramento e transparência.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Primavera do Leste/MT, 20 de Outubro de 2025.

MARIANA CARVALHO
VEREADORA (PL)



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

JUSTIFICATIVA

A presente proposição institui o Programa Municipal “Tocando em Frente – 40+” com foco na reinserção socioeconômica de trabalhadoras e trabalhadores desempregados com 40 anos ou mais, combinando qualificação profissional modular, intermediação de mão de obra, apoio ao empreendedorismo e à economia solidária, e oportunidades de prática supervisionada em atividades de utilidade coletiva. A matéria situa-se claramente no âmbito do interesse local — desenvolvimento econômico, geração de trabalho e renda, assistência social e inclusão produtiva — e se harmoniza com a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual (Constituição Federal, art. 30, incisos I e II). O desenho normativo foi construído em técnica de **diretrizes e resultados**, remetendo ao regulamento do Poder Executivo a definição de fluxos, critérios e padrões operacionais, **sem criação de órgãos/cargos** e sem ingerência na organização interna da Administração, o que afasta risco de vício de iniciativa e observa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Tema 917 da repercussão geral), segundo a qual leis de iniciativa parlamentar que instituem políticas públicas e obrigações de fazer, **desde que não alterem a estrutura administrativa nem o regime jurídico de servidores**, são constitucionais.

Há forte amparo constitucional material. O art. 1º, III, e o art. 3º da Constituição orientam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais; o art. 6º reconhece o **trabalho** como direito social; o art. 170 consagra a **valorização do trabalho humano** como princípio da ordem econômica, e o art. 230 impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar a **pessoa idosa**, assegurando dignidade e bem-estar. No plano infraconstitucional, a **Política Nacional do Idoso** (Lei 8.842/1994) e o **Estatuto do Idoso** (Lei 10.741/2003) estruturam diretrizes de promoção da **autonomia, integração e participação** da pessoa idosa; o Estatuto assegura **prioridade** a idosos em programas habitacionais e estabelece adaptações e acessibilidade das unidades, parâmetros que dialogam com a dimensão urbana residualmente tratada no Programa (integração com a rede de proteção e adequação de espaços de formação). A **Lei Brasileira de Inclusão** (Lei 13.146/2015) reforça o dever de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e instrumental nas políticas públicas, inclusive nas ações formativas e nos equipamentos utilizados. A **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** (Lei 8.742/1993) e as normativas do **SUAS** orientam a proteção social a grupos vulneráveis e **programas de inclusão produtiva**, o que se alinha ao eixo de qualificação, apoio a empreendimentos populares e mentoria previstos na proposta.

A dimensão trabalhista e de intermediação de mão de obra é compatível com o **Sistema Nacional de Emprego – SINE** (Lei 13.667/2018), que reconhece a cooperação federativa e a atuação local na captação de vagas, orientação profissional e encaminhamentos. A proposta também dialoga com a **Política Nacional de Economia Solidária** (marcos federais recentes e programas estaduais/municipais consolidados), além do regime do **Marco Regulatório das**



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Câmara Municipal Pva do Leste-MT	
FL. nº	Rub
005	/

Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Lei 13.019/2014), que dá segurança jurídica às parcerias com entidades de formação e apoio técnico, e com o regime do **MEI e do Simples Nacional** (LC 123/2006 e LC 128/2008), abrindo trilhas para formalização rápida, acesso a mercados e qualificação gerencial. Ao prever **incentivos não financeiros** (selo público de empresa parceira e menção em relatórios), o Programa estimula engajamento empresarial **sem renúncia fiscal** e sem onerar o erário, mantendo neutralidade tecnológica e concorrencial.

Do ponto de vista urbanístico e de governança territorial, a proposta respeita o **Estatuto da Cidade** (Lei 10.257/2001), ao articular ações em espaços públicos (salas de formação, feiras de empregabilidade e formalização) e privilegiar soluções **de baixo custo e alto impacto** (uso de equipamentos já existentes, parcerias e redes locais). A transparência ativa e o monitoramento por **indicadores** — matrículas em cursos, certificações, inserções, manutenção no emprego e renda — asseguram controle social e gestão por resultados, em harmonia com a **Lei de Acesso à Informação – LAI** (Lei 12.527/2011) e com a **Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD** (Lei 13.709/2018), com divulgação apenas de dados **agregados e anonimizados**. Caso haja uso de soluções tecnológicas que colem dados pessoais de maneira sistemática (plataformas de intermediação, aplicativos de presença), o regulamento poderá exigir **Relatório de Impacto em Proteção de Dados**, observando princípios de finalidade, necessidade e segurança da informação.

A literatura internacional e a experiência brasileira apontam que o grupo **40+** enfrenta barreiras específicas de reemprego: discriminação etária (ageísmo), necessidade de atualização tecnológica, redes profissionais enfraquecidas e maior incidência de responsabilidades familiares. Políticas públicas eficazes costumam combinar **requalificação orientada à demanda local, intermediação ativa com metas de colocação, mentoria/coach de carreira, e apoio ao pequeno negócio/associativismo**, com **sistemas leves de incentivos** à adesão empresarial — exatamente o arranjo proposto. Municípios que adotam hubs de qualificação rápida (oficinas de 20–60 horas), **feiras periódicas** com empregadores locais, **trilhas de certificação** de curta duração e **planos individuais de ação** tendem a obter inserções mais rápidas e sustentáveis, sobretudo quando articulam a rede de assistência social para mitigação de barreiras (transporte, cuidado de dependentes, documentação).

Sob o prisma da juridicidade formal, o Projeto é **blindado** contra veto por iniciativa: não cria cargos, funções gratificadas ou órgãos; não detalha rotinas internas nem altera atribuições de servidores; fixa apenas **finalidade pública, eixos e critérios gerais**, remetendo o “como fazer” ao regulamento. Trata-se de conformação clássica com a separação de Poderes e de aderência à linha decisória do STF (Tema 917). Ademais, a previsão de **parcerias sem exclusividade**, a definição de **critérios objetivos** para elegibilidade e priorização e a **publicidade** de listas e resultados reforçam a impessoalidade, a moralidade e a eficiência (art. 37 da Constituição).

Do ponto de vista orçamentário, a execução pode ser feita **com dotações existentes**, mediante



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Câmara Municipal Pva do Leste-MT	
Fl. nº	Rub
006	

reprogramação de rotinas, priorização de **materiais didáticos digitais**, uso de **espaços públicos** e **cooperação com o setor privado** e o **Sistema S**, com implantação **gradual** e avaliação de efetividade por indicadores. A possibilidade de **apoios operacionais** (auxílio-transporte para formação, seguro contra acidentes durante prática supervisionada, materiais de estudo) condicionados a disponibilidade orçamentária e a regras de prestação de contas em regulamento garante **responsabilidade fiscal** e focalização.

Por todos esses fundamentos — **constitucionalidade material e formal**, **aderência a marcos federais** (Política do Idoso, Estatuto do Idoso, LBI, LOAS/SUAS, SINE, MROSC, MEI/Simples, LAI e LGPD), **técnica legislativa adequada** (diretrizes e regulamentação executiva), **viabilidade administrativa e financeira**, e **convergência com evidências e boas práticas** de reinserção laboral de trabalhadores 40+ — o Programa “Tocando em Frente – 40+” mostra-se **juridicamente sólido**, **tecnicamente exequível** e **socialmente necessário**, com alta relação custo-benefício para o Município. Diante disso, recomenda-se a **aprovação** da matéria.